



Declaração do Contador, Sérgio Rodrigues da Silva

A Coordenação de Contabilidade - CONTAB, de acordo com a Portaria n° 1.122, de 21 de dezembro de 2017 (<http://www.justica.gov.br/Acesso/institucional/sumario/regimento/se/regimento-secretaria-executiva-portaria-1222-a.pdf>), compõe a estrutura da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO da Secretaria Executiva do

Ministério da Justiça que, conforme inciso VI do Art. 67, atua como Órgão Setorial do Sistema de Contabilidade Federal - SCF, no âmbito do Ministério da Justiça.

Foram objeto desta declaração as demonstrações contábeis consolidadas do Ministério da Justiça, administração direta, tendo como base as seguintes unidades gestoras:

- Secretaria Executiva;
- Arquivo Nacional;
- Conselho Administrativo de Defesa Econômica;
- Comissão de Anistia;
- Fundação Nacional do Índio;
- Fundo de Defesa dos Direitos Difusos;
- Fundo Nacional Antidrogas;
- Secretaria do Nacional do Consumidor; e
- Secretaria Nacional de Justiça.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela

CONTAB, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. É um processo cujas atividades são realizadas de maneira contínua, com o objetivo de se assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis do Ministério da Justiça são as seguintes:

- Balanço Patrimonial - evidencia os ativos e passivos do Ministério;
- Balanço Orçamentário - traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa - visam demonstrar o fluxo financeiro do Ministério no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais - neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas); e
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei n° 4.320/64, a Lei Complementar n° 101/2000 - LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade

Técnicas do Setor Público - NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição - MCASP e o Manual SIAFI.

Cumprir informar que a estrutura atual do órgão foi modificada pela Lei nº 13.690, de 10 de julho de 2018, quando os órgãos da segurança pública passaram a integrar o Ministério da Segurança Pública - MSP, a saber:

“Art. 68-B. Integram a estrutura básica do Ministério da Segurança Pública:

I - o Departamento de Polícia Federal (DPF);

II - o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF);

III - (VETADO);

IV - (VETADO);

V - o Departamento Penitenciário Nacional (Depen);

VI - o Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp);

VII - o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP);

VIII - a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp); e

IX - até 1 (uma) Secretaria.

Parágrafo único. (VETADO).”

Em razão dessa modificação na estrutura e para que fosse possível a extração das demonstrações consolidadas apenas das unidades que permaneceram no MJ, foi realizada no SIAFI a adaptação necessária no exercício de 2018, não sendo possível para o exercício de 2017. Como consequência, não foi possível obter uma base comparativa

dos dados com o período encerrado em 2017, conforme metodologia adotada pelo órgão central de contabilidade federal (Secretaria do Tesouro Nacional) na elaboração do Balanço Geral da União, sendo utilizados então os comparativos entre janeiro e dezembro do exercício de 2018.

A segregação da estrutura de ambos os órgãos no SIAFI ocorreria na

abertura do exercício de 2019. Ocorre que, e razão da equipe de transição do novo governo sinalizar que o MSP não persistiria, o processo de separação foi interrompido.

No exercício de 2019, a Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, transformou os Ministério da Justiça e Ministério da Segurança Pública em Ministério da Justiça e Segurança Pública:

“Art. 57. Ficam transformados:

(...)

V - o Ministério da Justiça e o Ministério da Segurança Pública no Ministério da Justiça e

Segurança Pública;

(...).”

Isso posto, a estrutura das unidades gestoras de ambos os Ministérios permanecerá, no SIAFI, no órgão superior 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Avanços

- Implantação do Painel de Custos, cuja iniciativa faz parte de um conjunto de medidas para uma mudança de paradigmas na gestão pública com foco na transparência dos gastos públicos. O objetivo consiste em estimar os custos do Ministério, utilizando a metodologia do Planejamento Estratégico. Assim apurando os dados em painéis, com base em informações disponíveis através do sistema estruturante do governo federal (SIC- Sistema de Informações de Custos) que possibilitará apoiar, informar, monitorar e comparar gastos administrativos das diversas unidades que compõe o Ministério, tais como: custos com pessoal (exceto folha de pagamento), diárias e passagens, serviços, consumo e outros e transferências;
- Implantação do Painel do Orçamento, com o objetivo de colocar

à disposição do gestor informações que possibilitem a tomada de decisão em sua unidade gestora, a partir da análise detalhada das informações de natureza orçamentária e financeira, identificando tendências e mudanças antecipando problemas e cenários futuros.

Ressalvas

Tendo em vista a nova realidade do órgão, cuja estrutura foi alterada pela Lei nº 13.690, de 10 de julho de 2018, e os esforços aplicados nos processos de transição, cumpre destacar os desafios a serem alcançados no tocante à qualidade da informação contábil, adotando as seguintes providências:

- Dar início ao reconhecimento dos riscos de recebimentos de dívidas e créditos a receber em conta de ajuste;
- Proceder à reavaliação de bens móveis;
- Proceder às regularizações dos registros de depreciação dos bens móveis.

Declaração

Portanto considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério da Justiça, exceto no tocante às ressalvas apontadas.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) do MJ foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no SIAFI, e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades dos órgãos 30000 - Ministério da Justiça (excluindo-se unidades da Secretaria Nacional de Segurança Pública e Departamento Penitenciário Nacional), 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, 30905 - Secretaria Nacional do Consumidor, 30912 - Fundação Nacional Antidrogas e 30202 - Fundação Nacional do Índio, todos integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

Balanco Patrimonial (BP)

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Balanco Orçamentário (BO)

Balanco Financeiro (BF)

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Notas Explicativas

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Ministério da Justiça, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente não existem saldos em moeda estrangeira no MJ.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa na conta única e demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJ, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJ, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos a receber por infrações; (ii) adiantamentos; (iii) créditos não tributários; (iv) depósitos efetuados e (v) impostos a compensar. Os estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo

médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Não são realizados os ajustes para perdas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação

aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método

da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no Ministério da Justiça são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Não são deduzidos os saldos da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:.



1. Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3. Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Demonstrações contábeis/Balço Patrimonial

R\$ mil

ATIVO	NE	DEZ/ 2018	JAN/ 2018
Ativo Circulante		1.078.823	293.879
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	396.319	215.418
Créditos a Curto Prazo	2	0	17.847
Dívida Ativa Não Tributária		0	17.847
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	3	679.970	57.653
Estoques		2.535	2.961
Ativo Não Circulante		102.929.154	99.197.528
Realizável a Longo Prazo	4	3.446.690	202.960
Créditos a Longo Prazo		2.330.523	191.851
Dívida Ativa Não Tributária		2.330.523	191.851
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		1.116.166	11.109
Investimentos		22	22
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Imobilizado		99.407.654	98.932.185
Bens Móveis		545.309	443.611
Bens Móveis	5	701.730	570.451
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-152.711	-126.840
Bens Imóveis	6	98.862.345	98.488.573
Bens Imóveis		98.869.922	98.494.059
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-7.577	-5.486
Intangível		74.788	62.362
Softwares		74.665	62.190
Softwares		75.376	62.755
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-720	-565
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		133	171
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		133	171
TOTAL DO ATIVO		104.007.977	99.491.407

R\$ mil

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	DEZ/ 2018	JAN/ 2018
Passivo Circulante		66.539	10.502
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	13	44.834	5.282
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		4.909	2.569
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		2	0
Demais Obrigações a Curto Prazo		16.793	2.651
Passivo Não Circulante		394	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		32	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		164	-
TOTAL DO PASSIVO		66.932	10.502
Patrimônio Líquido	14 a 18	103.941.045	99.408.904
Demais Reservas		2.205	2.205
Resultados Acumulados		103.938.840	99.478.699
Resultados do Exercício		3.772.908	-700.271
Resultados de Exercícios Anteriores		99.894.838	99.898.204
Ajustes de Exercícios Anteriores		271.094	280.766
TOTAL DO PASSIVO + PL		104.007.977	99.491.407

Fonte: SIAFI



IMOBILIZADO PELO TOTAL DO ATIVO

Verifica-se que 95,58% do total do Ativo correspondem a bens imobilizados, sendo 95,05% relativos a bens imóveis.

Quanto aos bens agrupados como “Outros”, são compostos por: Ativo Realizável a Longo Prazo (3,31%), Intangíveis (0,07%) e Investimentos (0%).

Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$ mil

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	DEZ/ 2018	JAN/ 2018
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		37.650	2.907
Taxas		37.650	2.907
Contribuições		97	2
Contribuições Sociais		97	2
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		34.745	3.246
Venda de Mercadorias		24	4
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		34.721	3.242
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		3.604	300
Juros e Encargos de Mora		49	3
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		3.555	298
Transferências e Delegações Recebidas	7	16.174.659	1.087.754
Transferências Intragovernamentais		16.086.693	1.085.706
Outras Transferências e Delegações Recebidas		87.966	2.048
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		4.675.858	76.891
Reavaliação de Ativos		160.234	0
Ganhos com Alienação		38.272	3.640
Ganhos com Incorporação de Ativos	8	4.477.149	73.229
Ganhos com Desincorporação de Passivos		203	23
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		358.138	14.933
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		358.138	14.933
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		21.284.750	1.186.033

Fonte: SIAFI

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício.

As Transferências Intragovernamentais se destacam como os maiores valores tanto na variação patrimonial aumentativa quanto na variação patrimonial diminutiva (ver Notas 7, 8 e 9).

R\$ mil

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	DEZ/ 2018	JAN/ 2018
Pessoal e Encargos		571.538	46.772
Remuneração a Pessoal		468.594	39.957
Encargos Patronais		66.076	4.752
Benefícios a Pessoal		32.735	2.041
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		4.133	22
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		188.165	13.344
Aposentadorias e Reformas		100.123	6.667
Pensões		87.628	6.632
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		414	45
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		391.047	26.784
Uso de Material de Consumo		21.988	1.757
Serviços		329.463	21.308
Depreciação, Amortização e Exaustão		39.596	3.719
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		15	0
Juros e Encargos de Mora		8	0
Descontos Financeiros Concedidos		7	0
Transferências e Delegações Concedidas	9	16.251.563	1.799.367
Transferências Intragovernamentais		16.192.085	1.794.714
Transferências Intergovernamentais		29.074	61
Transferências ao Exterior		7.758	0
Outras Transferências e Delegações Concedidas		22.644	4.592
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		48.654	1
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		8.267	0
Perdas Involuntárias		4.106	0
Incorporação de Passivos		0	0
Desincorporação de Ativos		36.282	1
Tributárias		286	18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		176	16
Contribuições		109	2
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		60.575	17
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		60.575	17
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		17.511.842	1.886.304
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		3.722.908	-700.271

Balanço Orçamentário

R\$ mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	10	876.773	876.773	710.043	-166.730
Receitas Tributárias		6.584	6.584	5.273	-1.311
Taxas		6.584	6.584	5.273	-1.311
Receitas de Contribuições		64	64	91	28
Contribuições Sociais		64	64	91	28
Receita Patrimonial		2.291	2.291	3.684	1.392
Valores Mobiliários		2.291	2.291	3.684	-1.392
Receitas de Serviços		34.585	34.585	34.728	144
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		34.585	34.585	34.728	144
Outras Receitas Correntes		833.249	833.249	666.266	-166.983
Multas Admin., Contratuais e Judiciais		799.318	799.318	626.717	-172.601
Indenizações, Rest. e Ressarcimentos		5	5	567	562
Bens, Direitos e Val. Incorp. ao PL		32.921	32.921	38.621	5.700
Demais Receitas Correntes		1.005	1.005	361	-644
SUBTOTAL DE RECEITAS		876.773	876.773	710.043	-166.730
DEFICIT		0	0	634.469	643.469
TOTAL		876.773	876.773	1.344.512	467.738
DETALHAM. AJUSTES NA PREV. ATUALIZ.		0	77.156	77.156	0
Créditos Adic. Abertos c/ Superávit Financ		0	77.156	77.156	0

							R\$ mil
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZ.	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Despesas Correntes	11	1.507.948	1.553.413	1.248.258	995.876	943.017	305.156
Pessoal e Encargos Sociais		957.662	972.903	739.205	752.500	675.652	233.698
Outras Despesas Correntes		550.286	580.510	509.053	270.376	267.365	71.457
Despesas de Capital	11	137.745	396.444	96.254	15.324	13.406	300.190
Investimentos		137.745	380.558	80.368	15.324	13.406	300.190
Inversões Financeiras		0	15.886	0	0	0	0
Reserva de Contingência		815.845	815.401	0	0	0	815.401
SUBTOTAL DAS DESPEAS		2.461.538	2.765.258	1.344.512	1.011.199	956.423	1.420.746
TOTAL		2.461.538	2.756.258	1.344.512	1.011.199	956.423	1.420.746

Fonte: SIAFI

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas, em confronto com as realizadas. São confrontados o orçamento inicial e suas alterações com a execução.

As Receitas são segregadas por natureza, divididas nas categorias econômicas correntes e de capital. Já as despesas são discriminadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, por dotação inicial, atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as liquidadas, as pagas e o saldo da dotação.

Verifica-se o déficit de R\$ 634 milhões, que ocorre pela diferença entre as receitas realizadas e a despesa empenhadas (Nota 12).

Balança Financeiro

R\$ mil

INGRESSOS	NE	DEZ/18	JAN/18
Receitas Orçamentárias	12	710.043	78.216
Ordinárias		0	0
Vinculadas		719.618	78.370
Seguridade Social (Exceto RGPS)		5.303	1.504
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		76.045	5.189
Outros Recursos Vinculados a Fundos		638.270	71.677
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-9.575	-154
Transferências Financeiras Recebidas		16.079.087	1.081.481
Resultantes da Execução Orçamentária		14.860.015	1.031.258
Cota Recebida		13.323.813	929.691
Repasso Recebido		585.308	36.621
Sub-repasso Recebido		937.264	58.167
Repasso Devolvido		10.924	4.074
Sub-repasso Devolvido		2.706	2.706
Independentes da Execução Orçamentária		1.219.072	50.223
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		1.068.722	44.336
Demais Transferências Recebidas		71.668	857
Movimentação de Saldos Patrimoniais		78.677	5.030
Movimentações para Incorporação de Saldos		6	0
Recebimentos Extraorçamentários		369.905	712.171
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		54.776	90
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		33.312	706.549
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.938	1.441
Outros Recebimentos Extraorçamentários		60.840	4.092
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		0	15
Restituições a Pagar		0	0
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		3	3
Arrecadação de Outra Unidade		60.032	3.117
Demais Recebimentos		804	956
Saldo do Exercício Anterior		223.766	223.766
Caixa e Equivalentes de Caixa		223.766	223.766
TOTAL DOS INGRESSOS		7.463.762	2.095.633

R\$ mil

DISPÊNDIOS	NE	NOV/18	JAN/18
Despesas Orçamentárias	12	1.344.512	765.427
Ordinárias		956.734	574.305
Vinculadas		384.778	191.122
Seguridade Social (Exceto RGPS)		22.525	188.281
Previdência Social (RPPS)		202.376	0
Operação de Crédito		23.900	0
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		52.158	2.841
Outros Recursos Vinculados a Fundos		83.819	0
Transferências Financeiras Concedidas		14.487.115	1.090.746
Resultantes da Execução Orçamentária		13.560.799	976.684
Repassé Concedido		12.370.531	894.203
Sub-repassé Concedido		1.179.692	76.246
Cota Devolvida		8.571	4.228
Sub-repassé Devolvido		2.006	2.006
Independentes da Execução Orçamentária		1.926.316	114.061
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		1.127.207	29.185
Demais Transferências Concedidas		18.300	725
Movimento de Saldos Patrimoniais		778.900	82.273
Movimentações para Incorporação de Saldos		1.909	1.878
Despesas Extraorçamentárias		235.816	24.043
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		1.279	1.086
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		232.748	22.463
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.785	494
Outros Pagamentos Extraorçamentários		4	1
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		3	0
Valores Compensados		1	1
Saldo para o Exercício Seguinte		396.319	215.418
Caixa e Equivalentes de Caixa		396.319	215.418
TOTAL DOS DISPÊNDIOS		17.463.762	2.095.633

Fonte: SIAFI.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

R\$ mil

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		DEZ/18	JAN/18
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIV. OPERAÇÕES		259.110	-6.779
INGRESSOS	NE	16.851.908	1.165.214
Receitas Derivadas e Originárias		710.043	78.216
Receita Tributária		5.273	407
Receita de Contribuições		91	8
Receita de Serviços		34.728	3.246
Remuneração das Disponibilidades		3.684	308
Outras Receitas Derivadas e Originárias		666.266	74.245
Outros Ingressos das Operações		16.141.865	1.086.999
Ingressos Extraorçamentários		1.938	1.441
Cancelamento de Obrigações do Ex. Anterior		3	3
Transferências Financeiras Recebidas		16.079.087	1.081.481
Arrecadação de Outra Unidade		60.032	3.117
Demais Recebimentos		804	956
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-86.556	-1.568
DESEMBOLSOS	NE	-86.556	-1.568
Aquisição de Ativo Não Circulante		-66.402	-1.204
Outros Desembolsos de Investimentos		-20.154	-364
GERAÇÃO LÍQ. DE CAIXA E EQUIC. DE CAIXA		172.553	-8.347
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		223.766	223.766
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		396.319	215.418

A Demonstração de Fluxo de Caixa identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de dispêndio de caixa durante o exercício e o saldo de caixa na data das demonstrações contábeis.

As transferências intragovernamentais representam os maiores valores tanto nos ingressos quanto nos dispêndios.

R\$ mil

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		DEZ/18	JAN/18
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		259.110	-6.779
DESEMBOLSOS	NE	-16.592.798	-1.171.994
Pessoal e Demais Despesas		-1.001.926	-75.859
Essencial à Justiça		-4	0
Administração		-157.449	-10.674
Segurança Pública		-125.525	-7.905
Assistência Social		-123	0
Previdência Social		-269.463	-21.192
Educação		-431	-414
Cultura		-1.136	-70
Direitos da Cidadania		-447.425	-35.597
Agricultura		-183	0
Encargos Especiais		-184	-22
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-3	15
Transferências Concedidas		-101.971	-4.895
Intergovernamentais		-9.602	0
A Estados e/ou Distrito Federal		-3.244	0
A Municípios		-6.357	0
Intragovernamentais		-67.125	-4.834
Outras Transferências Concedidas		-25.245	-61
Outros Desembolsos das Operações		-15.488.901	-1.091.240
Dispêndios Extraorçamentários		-1.785	-494
Transferências Financeiras Concedidas		-15.487.115	-1.090.746
Valores Compensados		-1	-1

Fonte: SIAFI.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia a movimentação ocorrida em cada componente do Patrimônio Líquido com a divulgação, em separado, dos efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros. A DMPL é uma demonstração mais completa e abrangente, já que evidencia a movimentação de todas as contas do Patrimônio Líquido (PL) durante o exercício social, inclusive a formação e utilização das reservas não derivadas do lucro. As contas que formam o PL podem sofrer variações por inúmeros motivos, sendo que alguns itens afetam o patrimônio total, outros não. Um dos eventos que altera o saldo do PL é o acréscimo ou redução por ajuste de exercícios anteriores.

Em razão da impossibilidade do SIAFI consolidar a DMPL apenas das unidades componentes do MJ, foram extraídas uma demonstração para cada órgão subordinado. Cumpre informar que três unidades gestoras executoras do órgão MSP integram a estrutura do órgão MJ (30000): Secretaria Nacional de Segurança Pública e duas unidades do Departamento Penitenciário Nacional.

Ministério da Justiça

ESPECIFICAÇÃO	NE	PATRIMÔNIO/ CAPITAL SOCIAL	DIANT.P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	R\$ mil
										TOTAL
Saldo Inicial do Exercício 2017	13	-	-	-	-	2.273	2.401.077	-	-	2.403.350
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-1.971.164	-	-	-1.971.164
Const./Realiz. da Reserva de Reav. de Ativos		-	-	-	-	-67	69	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	622.885	-	-	622.885
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-168.202	-	-	-168.202
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO 2017		-	-	-	-	2.205	884.665	-	-	886.869

ESPECIFICAÇÃO	NE	PATRIMÔNIO/ CAPITAL SOCIAL	DIANT.P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	R\$ mil
										TOTAL
Saldo Inicial do Exercício 2018	13	-	-	-	-	2.205	884.665	-	-	886.869
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	645.152	-	-	645.152
Const./Realiz. da Reserva de Reav. de Ativos		-	-	-	-	-	-39	-	-	-39
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	-541.674	-	-	-541.674
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO 2018		-	-	-	-	2.205	988.104	-	-	990.309

Fonte: SIAFI.

Fundo Nacional do Índio

R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	NE	PATRIMÔNIO/ CAPITAL SOCIAL	DIANT.P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
Saldo Inicial do Exercício 2017	14	-	-	-	-	116.609	92.268.700	-	-	92.385.310
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-45.716	-	-	-45.716
Const./Realiz. da Reserva de Reav. de Ativos		-	-	-	-	-116.609	119.159	-	-	2.549
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	6.046.861	-	-	6.046.861
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO 2017		-	-	-	-	-	98.389.004	-	-	98.389.004

R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	NE	PATRIMÔNIO/ CAPITAL SOCIAL	DIANT.P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
Saldo Inicial do Exercício 2018	14	-	-	-	-	-	98.389.004	-	-	998.389.004
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-483	-	-	-483
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	400.577	-	-	400.577
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO 2018		-	-	-	-	-	98.789.098	-	-	98.789.098

Fonte: SIAFI.

Conselho Administrativo de Defesa Econômica

R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	NE	PATRIMÔNIO/ CAPITAL SOCIAL	DIANT.P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
Saldo Inicial do Exercício 2017	15	-	-	-	-	-	52.826	-	-	52.826
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-3.975	-	-	-3.975
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	233.525	-	-	233.525
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO 2017		-	-	-	-	-	282.376	-	-	282.376

R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	NE	PATRIMÔNIO/ CAPITAL SOCIAL	DIANT.P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
Saldo Inicial do Exercício 2018	15	-	-	-	-	-	282.376	-	-	282.376
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-8.529	-	-	-8.529
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	3.939.001	-	-	3.939.001
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO 2018		-	-	-	-	-	4.212.849	-	-	4.212.849

Fonte: SIAFI.

Fundo de Defesa de Direitos Difusos

R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	NE	PATRIMÔNIO/ CAPITAL SOCIAL	DIANT.P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
Saldo Inicial do Exercício 2017	16	-	-	-	-	-	63.251	-	-	63.251
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-20.806	-	-	-20.806
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	3.823	-	-	8.823
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO 2017		-	-	-	-	-	46.267	-	-	46.267

R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	NE	PATRIMÔNIO/ CAPITAL SOCIAL	DIANT.P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
Saldo Inicial do Exercício 2018	16	-	-	-	-	-	46.267	-	-	46.267
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	3.826	-	-	3.826
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO 2018		-	-	-	-	-	50.093	-	-	50.093

Fonte: SIAFI.

Fundo Nacional Antidrogas

R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	NE	PATRIMÔNIO/ CAPITAL SOCIAL	DIANT.P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
Saldo Inicial do Exercício 2017	17	-	-	-	-	-	259.127	-	-	259.127
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-163.677	-	-	-163.677
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	27.950	-	-	27.950
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO 2017		-	-	-	-	-	123.400	-	-	123.400

R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	NE	PATRIMÔNIO/ CAPITAL SOCIAL	DIANT.P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
Saldo Inicial do Exercício 2018	17	-	-	-	-	-	123.400	-	-	123.400
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	20.697	-	-	20.697
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO 2018		-	-	-	-	-	144.097	-	-	144.097

Fonte: SIAFI.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

NOTA 1 - Caixa e Equivalentes

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

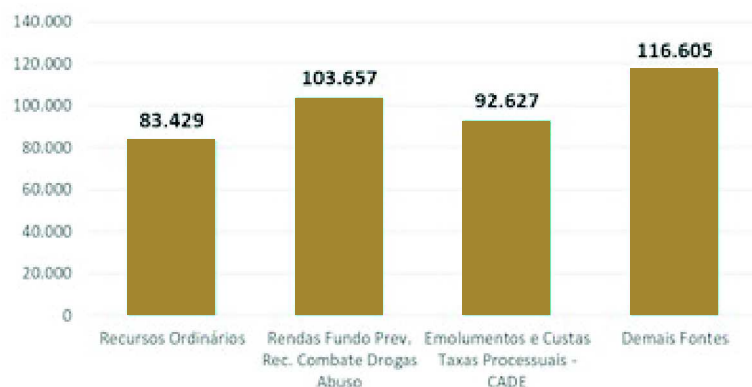
Esse título está registrado em Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional. Conforme evidenciado na tabela abaixo, o saldo em caixa em dezembro de 2018 foi 83,98% superior a janeiro.

Caixa e Equivalentes de Caixa

TÍTULO	R\$ mil		
	DEZ/2018	JAN/2018	AH(%)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Moeda Nacional	396.319	215.418	84
TOTAL	396.319	215.418	84

Fonte: SIAFI.

Fonte de Recursos Detalhada do Ministério da Justiça



Fonte: SIAFI.

O gráfico acima demonstra o detalhamento da conta Caixa e Equivalentes de Caixa por Fonte de Recursos. As fontes “Recursos Ordinários”, “Rendas Fundo Prev. Rec. Combate Drogas Abuso” e “Emolumentos e Custas Taxas Processuais - CADE” representam 70,58% do total de recursos. As “Demais Fontes” agrupam 52 tipos de fontes diversas, representando 29,42% do total dos recursos.

NOTA 2 - Crédito a Receber a Curto Prazo

Diferenciar a cor de preenchimento do total

R\$ mil

TÍTULO	DEZ/2018	JAN/2018	AH(%)
Dívida Ativa não Tributária - Consolidação	-	17.847	0
TOTAL	-	17.847	-

Fonte: SIAFI.

NOTA 3 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Importante destacar neste item o aumento de 1.079% dos valores referente a Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo. Sendo que o maior impacto na conta é referente a créditos a receber decorrentes de multas aplicadas pelo CADE, Órgão 30211, que totalizam R\$ 673.556 mil.

TÍTULO	DEZ/2018	JAN/2018	AH(%)
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	5.654	6.503	(13)
Depósitos Judiciais Efetuados	259	259	0
Outros Créditos a Rec. e Val. a Curto Prazo	674.056	50.890	1.225
TOTAL	679.970	57.653	1.079

Fonte: SIAFI.

NOTA 4 - Créditos a Longo Prazo

R\$ mil

CONTA CONTÁBIL	DEZ/2018	JAN/2018	AV(%) (DEZ/18)
Dívida Ativa não Tributária	2.330.523	191.851	68
Crédito a Receber Decorrente de Dolo, Má Fé ou Fraude	211	211	0
Multas/Juros a Receber Servidor Responsabilizado	135	135	0
Crédito a Receber Responsáveis por Danos/Perdas	7.339	7.582	0
Crédito a Receber por Falta/Irreg. ou Comprovação	4.369	3.023	0
Depósito Efetuado para Interposição de Recursos	202	-	0
Crédito por Concessão Direito Uso/ Exploração Bens	18	19	0
Crédito a Receber por Acerto Finan. c/Serv. e Ex- Serv.	17	21	0
Crédito a Receber Decorrente de Infrações- Longo Prazo	1.103.874	-	32
Créditos por Infrações Legal/Contratual	-	118	0
TOTAL	3.466.690	202.960	100

Fonte: SIAFI.

Os Créditos a Longo Prazo, somaram um total de R\$ 3.446.690 mil em dezembro de 2018. São compostos em sua maioria por valores contabilizados na rubrica “Dívida Ativa não Tributária”, compondo um total de R\$ 2.330.523 mil (67,62% do total) e na conta “Créditos a Receber Decorrentes de Infrações a Longo Prazo”, totalizando R\$ 1.103.874 mil (32,03%).

Dívida Ativa não Tributária

R\$ mil

ÓRGÃOS	DEZ/2018	JAN/2018	AV(%)	AH(%)
Fundação Nacional do Índio - FUNAI	8.603	8.667	1	-1
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	2.321.920	183.184	99	1.168
TOTAL	2.330.523	191.851	100	494

Fonte: SIAFI.

As “Dívidas Ativas não Tributárias” somaram, em dezembro, R\$ 2.330.523 mil e correspondem na maioria das contabilizações em créditos a longo prazo. Por sua vez o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE possui, consignado no seu ativo, quase a totalidade dos registros com R\$ 2.321.920 mil e referem-se ao reconhecimento no longo prazo de multas aplicadas a entidades diversas, por condutas infracionais à ordem econômica.

NOTA 5 - Bens Móveis

R\$ mil

BENS MÓVEIS	VALOR RESID.	VIDA ÚTIL	CUSTO	DEZ/2018		JAN/2018		
				DEPRECIÇÃO ACUMULADA	SALDO LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	SALDO LÍQUIDO
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	-	-	130.630	-31.063	99.567	124.311	-26.950	97.361
Bens de Informática	10%	5	146.697	-63.302	83.394	131.619	-51.829	79.790
Móveis e Utensílios	10%	10	57.794	-17.359	40.435	55.645	-14.464	41.181
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	-	-	16.675	-5.477	11.198	16.330	-4.592	11.738
Veículos	10%	15	275.589	-35.131	240.459	189.932	-26.239	163.693
Armamentos	15%	20	56.533	-4.019	52.514	44.769	-2.724	42.044
Semoventes e Equipamentos de Montaria	-	-	11.433	-55	11.378	1.683	-34	1.649
Demais Bens Móveis			6.379	-15	6.364	6.164	-7	6.156
TOTAL			701.730	-156.421	545.309	570.451	-126.840	443.611

Fonte: SIAFI.

Os bens móveis são registrados da seguinte forma: o Ministério da Justiça utiliza o *ASI - Automation Systems of Inventory*; o CADE utiliza o *GEAFIN - Gestão Administrativa e Financeira*; O AN utiliza um sistema próprio, *COTIN - Coordenadoria de Tecnologia e Informação*; e a Funai o *SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços*.

Esse último, cabe destacar, gerencia todas as movimentações referentes aos bens móveis das diversas unidades organizacionais. Este controle abrange os bens próprios da unidade e os bens de terceiros que estão sob a sua guarda e uso. Este sistema é o único no âmbito do MJ que está integrado com o SIAFI.

Em geral, o órgão possui inconsistências nos registros de depreciação e falta de reavaliação de bens móveis:

- No MJ as divergências na depreciação decorrem de problemas relacionados ao sistema de gestão patrimonial. Em razão desses problemas os trabalhos de reavaliação também ficam inviabilizados;
- Na FUNAI, quanto à depreciação, ocorrem em razão da necessidade de ajustes nos saldos patrimoniais decorrentes de unidades sem movimentos. Parte das unidades iniciaram os procedimentos de reavaliação, enquanto as demais necessitam de apoio técnico;
- No AN, o sistema de gestão patrimonial não contempla a funcionalidade para cálculo da depreciação de bens. Também não foram realizados os procedimentos de reavaliação dos bens.

NOTA 6 - Imobilizado

Bens Imóveis

R\$ mil

BENS IMÓVEIS	DEZ/2018			JAN/2018		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO	SALDO LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIÇÃO	SALDO LÍQUIDO
Bens de Uso Especial	98.846.669	-7.536	98.839.133	98.470.112	-5.445	98.464.667
Bens Dominicais	200	-	200	200	-	200
Bens Imóveis em Andamento	18.824	-	18.824	19.265	-	19.265
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	160	-41	119	164	-41	123
Instalações	3.804	-	3.804	4.054	-	4.054
Demais Bens Imóveis	265	-	265	265	-	265
TOTAL	98.869.922	7.577	98.862.345	98.494.059	5.486	98.488.573

Fonte: SIAFI.

Os imóveis de uso especial são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP). Na Funai estão contabilizados o total de R\$ 96.581.099 mil em “Bens de Uso Especial”, representando quase a totalidade da conta.

NOTA 7 - Transferências e Delegações Recebidas - VPA

As transferências financeiras recebidas são provenientes da programação financeira do exercício e variam a cada ano, de acordo com a Lei Orçamentária Anual e os limites definidos no decreto de programação financeira.

Em dezembro de 2018 o saldo total foi de R\$ 16.174.659 mil, sendo 82,37 % em Cotas Recebidas, em sua maioria na Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças deste Ministério da Justiça no valor de R\$ 13.323.813 mil. Estão incluídos nesse valor os órgãos do MSP, em razão de suas estruturas ainda integrarem o MJ no SIAFI.

O valor expressivo ocorre em razão de ser contabilizada a VPA em todos os recebimentos provenientes da programação financeira, mesmo quando das rotinas transversais entre unidades gestoras dentro do Ministério.

R\$ mil

CONTA CONTÁBIL	TÍTULO	DEZ/2018	AV%	JAN/2018	AV%	AH%
451120100	Cota Recebida	13.323.813	82	929.697	85	1.333
451120200	Repasse Recebido	585.308	4	36.621	3	1.498
451120300	Sub-Repasse Recebido	937.264	6	58.167	5	1.511
451120802	Repasse Devolvido	10.924	0	4.074	0	168
451120803	Sub-Repasse Devolvido	2.706	0	2.706	0	0
451220100	Transferências Receb. p/ Pgto. de RP	1.068.722	7	44.336	4	2.310
451220200	Demais Transferências Recebidas	71.668	0	857	0	8.262
451220300	Movimentações de Saldos Patrimoniais	78.677	0	5.030	0	1.464
451220400	Movim. de Saldos Patrim. - NSSaldo	6	0	-	0	0
451220500	Movim. de Var. Patrim. Aumentativa	7.606	0	4.225	0	80
459010100	Doações/Transferências Recebidas	500	0	-	0	0
459020100	Doações/Transferências Recebidas	87.465	1	2.048	0	4.171
TOTAL		16.174.659	100	1.087.754	100	1.386,98

Fonte: SIAFI.

NOTA 8 - Ganhos com Incorporação de Ativos

Outros Ganhos com Incorporação de Ativos

TÍTULO	R\$ mil			
	DEZ/2018	AV%	JAN/2018	AV%
Museu do Índio - Rio De Janeiro	1	0	1	0
Coordenação Regional De Cuiabá/ MT	1.429	0	0	0
Coordenação Regional Xingu/ MT	41.409	1	0	0
Funai-Sede Brasília/ DF	56.014	1	0	0
Coordenação Reg. Litoral Sudeste/ SP	27.996	1	0	0
Coordenação Regional Médio Purus/ AM	91.128	2	0	0
Funai- Coordenação Regional Do Juruá/ AC	10.164	0	0	0
Coordenação Regional Nordeste 1/ AL	27.555	1	0	0
Coordenação-Geral De Logística E Contratos/ MJ	1	0	0	0
Arquivo Nacional - RJ	5	0	0	0
Conselho Administrativo De Defesa Econômica	4.221.447	94	73.228	100
TOTAL	4.447.149	100	73.229	100

Fonte: SIAFI.

A principal variação foi na conta “Incorporação de Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos”.

Em dezembro de 2018, as Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA, contabilizaram em “Outros Ganhos de Incorporação de Ativos” o valor de R\$ 4.477.149 mil, e em janeiro de 2018, apresentou um saldo de R\$ 73.229 mil. De janeiro a dezembro houve um aumento de R\$ 4.403.921 mil, sendo 98,36% desse valor proveniente da contabilização de multas e dívidas ativas aplicadas às empresas por infrações cometidas contra a ordem econômica pelo CADE.

NOTA 9 - Transferências e Delegações Concedidas - VPD

Do total das transferências concedidas em 2018, de R\$ 16.251.563 mil, 87,02% provêm das Transferências Intragovernamentais, sendo em sua maioria da Coordenação- Geral de Orçamento e Finanças na conta Sub-Repasse Concedido. Os sub-repasses foram transferidos, em sua maioria, para os Órgãos da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

R\$ mil

CONTA CONTÁBIL	TÍTULO	DEZ/2018	AV%	JAN/2018	AV%	AH%
351120200	Repasse Concedido	12.370.531	76	894.203	50	1.283
351120300	Sub-Repasse Concedido	1.179.692	7	76.246	4	1.447
351120801	Cota Devolvida	8.571	0	4.228	0	103
351120803	Sub-Repasse Devolvido	2.006	0	2.006	0	0
351220100	Transferências Concedidas Para Pgto. De RP	1.127.207	7	29.185	2	3.762
351220200	Demais Transferências Concedidas	18.300	0	725	0	2.422
351220300	Movimento De Saldos Patrimoniais	778.900	5	82.273	5	847
351220400	Movim. De Saldos Patrim. - NSsaldo	1.909	0	1.878	0	2
351220500	Movim. De Variação Patrim. Diminutiva	704.970	4	703.968	39	0
352310100	Transferências Voluntárias	28.139	0	61	0	45.900
352340100	Transferências Voluntárias	935	0	-	0	0
356010400	Transf. ao Exterior - Serv. de Terc. PJ	4.035	0	-	0	0
356010500	Transferências Ao Exterior - Contribuições	3.724	0	-	0	0
359010100	Doações/ Transf. Concedidas Consolid.	643	0	-	0	0
359020100	Doações/ Transf. Concedidas - Intra OFFS	9.450	0	10	0	90.535
359040100	Doações/ Transf. Concedidas - Inter Estad.	7.869	0	2.567	0	207
359050100	Doações/ Transf. Concedidas - Inter Munic.	4.683	0	2.014	0	132
TOTAL		16.251.563	100	1.799.367	100	803

Fonte: SIAFI.

NOTA 10 - Receita Orçamentária - Execução

Receitas Correntes

RECEITAS CORRENTES	DEZ/2018	JAN/2018	R\$ mil AH%
Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria	5.273	407	1.196
Contribuições	91	8	1.038
Receita Patrimonial	3.684	308	1.096
Receita de Serviços	34.728	3.246	970
Outras Receitas Correntes	666.266	74.245	797
TOTAL	710.042	78.214	808

Fonte: SIAFI.

Em relação às receitas orçamentárias realizadas, verifica-se que dentre as “Receitas Correntes”, a rubrica “Outras Receitas Correntes” representa o maior valor, R\$ 666.266 mil. Desse total, 94% (R\$ 626.162 mil) ocorrem no FDD, que tem seu produto de arrecadação previsto na Lei n° 9.008, de 21 de março de 1995, em seu Art. 1°, § 2°, voltados à reparação de danos aos interesses difusos e coletivos.

Em razão desse dispositivo legal, multas e sanções executadas por outros órgãos são destinadas ao FDD, sendo a maior parte proveniente do CADE, em razão da contabilização das sanções pecuniárias aplicadas a empresas por conta das decisões do Tribunal Administrativo do órgão. Houve um crescimento de 797% em “Outras Receitas Correntes” entre janeiro e dezembro de 2018, devido à evolução na arrecadação das multas.

NOTA 11 - Despesas Orçamentárias - Execução

Despesa de Pessoal e Encargos Sociais

DESPESA DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	DEZ/2018	JAN/2018	R\$ mil AH%
Vencimentos e Vantagens Fixas	366.929	385.523	-5
Aposentadorias e Pensões	187.455	235.101	22
Obrigações Patronais	74.104	84.751	-13
Outras Despesas	10.717	11.020	-3
TOTAL	739.205	716.395	3

Fonte: SIAFI.

Verifica-se que houve um comportamento estável nos gastos mensais de janeiro e dezembro, das despesas com pessoal, com crescimento de 3%. O aumento foi, principalmente, pelas despesas com vencimentos, aposentadorias e pensões no órgão do Fundo Nacional do Índio - FUNAI - que representa 57% destas despesas.

Os valores se mantêm sem grandes alterações, em razão de a despesa com pessoal ser integralmente empenhada no início do exercício, passando por ajustes conforme a execução no exercício.

Outras Despesas Correntes

R\$ mil

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DEZ/2018	JAN/2018	AH%
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	207.257	5.096	3.967
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Pessoa Jurídica	79.952	642	12.356
Locação de Mão de Obra	44.222	2.455	1.701
Indenizações e Restituições	21.994	10.913	102
Material de Consumo	25.475	220	11.468
Auxílio Alimentação	20.010	19.905	1
Passagens e Despesas com Locomoção	16.555	2.580	542
Demais despesas de Custeio	93.587	7.138	1.211
TOTAL	509.053	48.949	1.583

Fonte: SIAFI.

Conforme demonstrado na tabela acima, o MJ teve um acréscimo de 1.583% nas suas outras despesas de custeio, considerando o início do exercício, janeiro de 2018. Os itens mais relevantes na rubrica são os “Serviços de Terceiros Pessoas Jurídicas” e “Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Pessoa Jurídica”.

Despesa de Capital

R\$ mil

DESPESA DE CAPITAL	DEZ/2018	JAN/2018	AH%
Inversões Financeiras	15.886	-	0
Investimentos	80.368	83	96.582
TOTAL	96.254	83	115.693

Fonte: SIAFI.

Em “Despesas de Capital” houve uma evolução de R\$ 96.171 mil em dezembro com relação a janeiro. Esse acréscimo se deve às inscrições de restos a pagar não processados a liquidar e em liquidação no final do exercício de 2018. No que se refere às inversões financeiras, o saldo é referente à inscrição de empenho em restos a pagar não processado de unidades da Funai.

NOTA 12 - Resultado Orçamentário

R\$ mil

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	DEZ/2018	JAN/2018	AH%
(I) - Receita Arrecadada	710.043	78.216	808
Corrente	710.043	78.216	808
Capital	-	-	-
(II) - Despesas Empenhadas	1.344.512	765.427	76
Corrente	1.248.258	765.344	63
Capital	96.254	83	115.869
(III) - Resultado Orçamentário	-634.469	-687.212	-8

Fonte: SIAFI.

O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. Conforme demonstrado na tabela acima, tanto em dezembro quanto em janeiro de 2018, houve um déficit orçamentário. Em dezembro (- R\$ 634.469 mil) o déficit orçamentário foi inferior em 8% em relação a janeiro de 2018 (- R\$ 687.212 mil).

NOTA 13 - BP - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

O aparente crescimento no saldo final das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar, comparando-se os meses de janeiro e dezembro de 2018, decorre em razão das apropriações relacionadas a folha de pagamento persistirem com os saldos apropriados ao fim do exercício.

Os referidos valores seriam baixados pelas realizações das ordens bancárias de pagamento, que não ocorreram em dezembro de 2018, em razão da alteração na rotina de emissão dessas ordens no SIAFI Web. Os pagamentos foram realizados no início de 2019, quando tais obrigações foram baixadas.

NOTA 14 - DMPL - Ministério da Justiça

No Ministério da Justiça, o ajuste de exercícios anteriores foi no valor de R\$ 645 milhões, decorrente de transferência de saldo da Unidade Gestora da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para o órgão Presidência da República.

NOTA 15 -DMPL - Fundação Nacional do Índio

Na FUNAI o saldo se manteve estável em relação ao saldo inicial em 2018, contando apenas com a contabilização do Resultado do Exercício após a apuração no fim do ano. As Transferências Intragovernamentais somaram um montante de R\$ 1.130.138 mil em Variações Aumentativas, sendo a principal fonte de receita na FUNAI, influenciando positivamente no resultado no final do exercício, no referido Órgão.

NOTA 16 - DMPL - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

O aumento do Patrimônio Líquido ocorreu em razão do crescimento das

variações patrimoniais aumentativas no decorrer do exercício de 2018 em ganhos com incorporação de ativos, resultado das contabilizações de multas aplicadas pelo CADE, por condutas de infrações à ordem econômica.

NOTA17 - DMPL - Fundo de Defesa de Direitos Difusos

O Patrimônio Líquido sofreu uma variação negativa de R\$ 20.800 mil em Ajustes de Exercícios Anteriores, sendo: R\$ 18.700 mil referente a baixa de adiantamento de transferências voluntárias, com a finalidade de atender o acordo 1320/2017-TCU e R\$ 2.070 mil referente a baixa de crédito a receber decorrente de falta/irregularidade na comprovação de Tomada de Contas Especial. Os valores pendentes de julgamento devem ser registrados apenas em contas de controle e o ativo reconhecido quando da decisão definitiva do TCU com imputação de débito. Porém o Resultado do Exercício apresentou uma variação positiva de R\$ 3.826 mil.

NOTA18 - DMPL - Fundo Nacional Antidrogas

Houve um aumento no resultado do patrimônio líquido, referentes às taxas pelo poder de polícia, Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001 que em seu art. 21 estabelece: “Os recursos relativos à cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos, à aplicação de multa e à alienação de produtos químicos previstas nesta Lei constituem receita do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD.”

Ocorreram ainda receitas oriundas das decretações por perdimento definitivo de numerários apreendidos de narcotraficantes, bem como de bens apreendidos e alienados em decorrência do crime de narcotráfico, conforme Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006.